

**MORTES POR DESNUTRIÇÃO NO BRASIL - UM PAÍS AGROEXPORTADOR**  
**DEATHS FROM MALNUTRITION IN BRAZIL - AN AGRO-EXPORT COUNTRY**

Taize da Silva Borges<sup>1</sup>  
Keila Aparecida de Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO**

Quais seriam os motivos de tanta morte por desnutrição num país reconhecido por exportar alimentos? Esta e outras questões serão abordadas neste artigo, onde serão apresentados alguns dados sobre as medidas tomadas ao longo das décadas para o combate da insegurança alimentar e da fome no Brasil, bem como suas possíveis causas, a desmistificação e/ou reflexão sobre algumas delas, e a apresentação do cenário atual do país referente a esta problemática. Como metodologia foi utilizada uma revisão bibliográfica crítica de literatura primária (artigos científicos, pesquisas, relatórios oficiais) e secundária (livros, artigos de revista) sobre a temática. O objetivo deste artigo é apresentar as principais políticas públicas, legislação e ações contra a insegurança alimentar e a fome já tomadas no Brasil, à luz da realidade alarmante da mortalidade infantil por desnutrição e do retorno do país ao Mapa da Fome da ONU, buscando compreender as causas estruturais e conjunturais dessa problemática e propor algumas reflexões acerca de possíveis ações para um futuro livre da fome. Por fim, conclui-se que apesar de décadas de ações pontuais e leis promissoras, a fome persiste como uma ferida profunda no Brasil, fruto de um sistema alimentar falho e desigualdades estruturais arraigadas. Embora medidas como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo tenham amenizado a situação em alguns momentos, a falta de uma reforma estrutural na base da economia e do modelo agroalimentar impede um combate definitivo à fome.

**Palavras-chave:** mortes por desnutrição; insegurança alimentar e fome; fome no Brasil.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção/PY. Pós-graduada em Educação e Tecnologias pela Universidade Federal de São Carlos. Graduada em Licenciatura plena em Geografia pela Universidade Paulista. Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Santos. Docente na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, São Paulo, Brasil. E-mail: [taize\\_lima@yahoo.com.br](mailto:taize_lima@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8360-416X>.

<sup>2</sup>Mestranda em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção/PY. Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional – PROFGEO, pelo Instituto Federal Catarinense – Campus de Brusque. Pós-graduada Libras pela UNINA. Graduada em Pedagogia pela UNIFAVENI. Graduada em Licenciatura plena em Geografia pela UNICENTRO. Docente na rede Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina, Brasil. E-mail: [keilamarciniaki@gmail.com](mailto:keilamarciniaki@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5541-0924>.

## ABSTRACT

What could be the reasons for so many deaths from malnutrition in a country known for exporting food? This and other questions will be addressed in this article, where some data will be presented on the measures taken over the decades to combat food insecurity and hunger in Brazil, as well as their possible causes, demystification and/or reflection on some of them, and the presentation of the country's current scenario regarding this issue. As a methodology, a critical bibliographic review of primary literature (scientific articles, research, official reports) and secondary literature (books, magazine articles) on the topic was used. The objective of this article is to present the main public policies, legislation and actions against food insecurity and hunger already taken in Brazil, in light of the alarming reality of infant mortality due to malnutrition and the country's return to the UN Hunger Map, seeking to understand the structural and cyclical causes of this problem and propose some reflections on possible actions for a hunger-free future. Finally, it is concluded that despite decades of specific actions and promising laws, hunger persists as a deep wound in Brazil, the result of a flawed food system and deep-rooted structural inequalities. Although measures such as Bolsa Família and the increase in the minimum wage have alleviated the situation at times, the lack of structural reform at the base of the economy and the agri-food model prevents a definitive fight against hunger.

**Keywords:** deaths from malnutrition; food insecurity and hunger; hunger in Brazil.

**Artigo recebido em:** 26/12/2023

**Artigo aprovado em:** 10/05/2024

**Artigo publicado em:** 22/10/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v11.5137>.

## INTRODUÇÃO

A morte é uma das poucas certezas que o indivíduo possui desde o seu nascimento. Discutir esse evento sob o olhar da geografia é fazer uma análise minuciosa do espaço geográfico, percebendo as transformações realizadas ao longo do tempo e o resultado dessa interação homem-meio ambiente. Nesse contexto, chegaremos a diversas causas de mortes, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, podendo agrupá-las por faixa etária, gênero, raça/etnia, territorialidade, etc.

Neste presente artigo, serão elencadas algumas das principais políticas públicas, legislação e ações já criadas e voltadas ao combate da insegurança alimentar e da fome no Brasil, bem como serão apresentados alguns dados sobre mortes de crianças menores de cinco anos por desnutrição no intervalo de uma década no território brasileiro, divididos por região.

Serão apresentadas ainda algumas das principais causas responsáveis por esse tipo de morte no país e dados que irão corroborar para uma reflexão acerca de tais óbitos num território tão vasto e que se destaca mundialmente por sua capacidade de exportar alimentos.

Para finalizar, será apresentado o cenário atual do Brasil diante dessa temática da fome, o que inclui o seu retorno ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas. Teria este evento se dado unicamente por conta da pandemia da Covid-19?

## **HISTÓRICO DAS AÇÕES EM COMBATE À FOME NO BRASIL**

De acordo com Klaus et al (2021), à medida que o ano de 2030 se aproxima, a concretização do compromisso mundial para a Fome Zero está tragicamente distante. E Monteiro (2003) pontua a diferença entre a fome aguda (momentânea), da fome crônica (permanente), esta que terá destaque neste artigo.

A fome aguda equivale à urgência de se alimentar, um grande apetite, e não é relevante para nossa discussão. A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica. (MONTEIRO, 2003).

Já o Índice Global da Fome (IGF) faz referência à palavra fome como sendo a angústia associada à falta de calorias suficientes. A fome é um dos resultados da insegurança alimentar e nutricional, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional (CONSEA), traz no seu texto "A Construção de uma Política de Segurança Alimentar" a seguinte definição para esse outro conceito:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Desde 1992 o Brasil é signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, onde a alimentação é reconhecida como um direito humano, mas isso não é suficiente para garantir que a fome não esteja presente em nosso território.

A publicação da obra de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, em 1946, foi um marco histórico no Brasil (de grande relevância internacional, inclusive), servindo de ponto de partida para se discutir sobre a fome no país. Este livro e as suas várias edições são até hoje usados como pano de fundo por diversos autores que desejam tratar desta temática e, recentemente, Breda et al (2022) trouxe à luz dados atualizados sobre a fome e a insegurança alimentar, com base nesta obra de Castro (1946), ao apresentar alguns dos principais marcos históricos, políticas públicas, legislações e estudos sobre o combate a este problema em tela, de 1946 até 2021:

Quadro 1 – Linha do tempo das principais ações voltadas ao combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional no Brasil (1946-2021).

Ano	Evento
1946	Publicação do livro "Geografia da Fome", de Josué de Castro, denunciando a fome e má alimentação no Brasil.
1948	Promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com seu Artigo 25: "Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação...".
1954	Criação do Programa Nacional de Merenda Escolar, definindo a merenda escolar como política pública nacional.
1972	Criação do 1º PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, cujo objetivo era a

	suplementação alimentar de gestantes, nutrizes e crianças menores de 7 anos de baixa renda, além de escolares de 7 a 14 anos. Criação do INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, com objetivo de propor, promover, fiscalizar e avaliar o PRONAN.
1974	Realização do ENDEF - Estudo Nacional de Despesas Familiares, cujo objetivo era avaliar as condições de vida e situação nutricional da população brasileira.
1976	Criação do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, com objetivo de atender as necessidades básicas de alimentação e saúde dos trabalhadores, numa parceria entre governo, empresários e trabalhadores.
1979	Criação do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
1981	Criação do PNAM - Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno.
1985	Lançamento do Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego.
1987	Realização da POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares, que se repetiu em 1995, 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018, para traçar o perfil das condições de vida da população.
1988	Promulgação da atual Constituição Federal, com um pilar de sustentação para a área social.
1993	Criação do 1º CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar, com o objetivo de buscar soluções para o problema da fome e da miséria no país.
1994	Realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, com o tema "Fome: uma questão nacional", apontando a necessidade de estruturar uma Política Nacional de Segurança Alimentar.
1996	Criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, decisivo no financiamento de alimentos para o mercado interno.
1999	Aprovação da PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação.
2001	Criação do Programa Nacional de Renda Mínima - Bolsa Alimentação, benefício recebido pelas famílias de R\$15 a R\$45 mensal.
2003	Lançamento do Programa Fome Zero, envolvendo cinco áreas: segurança alimentar e nutricional, renda e cidadania, programas complementares estruturais, ações emergenciais e educação cidadã. Criado nesse contexto, o Programa Cartão Alimentação.
2004	Criação do Programa Bolsa Família, onde foram extintos os Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.
2010	Inserção da alimentação como direito social no artigo 6 da Constituição Federal.
2011	Lançamento do Plano Brasil sem Miséria, com foco na superação da extrema pobreza.
2012	Lançamento da ação Brasil Carinhoso, com o fim de garantir atenção integral à população infante-juvenil, focando na suplementação de vitamina A e ferro.
2013	Aplicação da EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2004, apontando que 64,8% da população estava em situação de segurança alimentar. Aplicada novamente em 2009, detectou-se melhora nos indicadores gerais de segurança alimentar (69,6%). Em 2013 foi identificado o maior índice, com 77,1%.
2014	Saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO/ONU, quando menos de 5% da população apresentava-se em situação de insegurança alimentar grave.
2018	Surgimento de uma inflexão nos patamares de segurança alimentar, captada pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) em 2017/2018, com 36,7% dos brasileiros em situação de insegurança alimentar grave e 63,3% conviviam com algum grau de insegurança alimentar.
2019	Extinção do CONSEA, pela MP nº 870, com enfraquecimento da agenda nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2020	Criação do Auxílio Emergencial, pela lei nº 13.982, com objetivo de mitigar os impactos

	econômicos causados pela Covid-19, com repasse de R\$600 a trabalhadores informais e de baixa renda, por três meses. Em 2021, o benefício foi prorrogado por mais 4 parcelas com valores reduzidos.
2021	Criação do Programa Auxílio Brasil, extinguindo o Programa Bolsa Família.

Fonte: Adaptação realizada pelas autoras deste artigo, com base nos dados apresentados por Breda *et al* (2022).

Vale acrescentar às informações deste quadro acima que, extinto em 2019, o CONSEA teve seu retorno em janeiro de 2023, este que é um órgão de assessoramento à Presidência da República e que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). E através da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023 ocorreu o retorno do Programa Bolsa Família (PBF), extinguindo o Programa Auxílio Brasil em vigor.

Embora a problemática da fome no Brasil e as tratativas voltadas à sua erradicação sejam antigas (conforme observado no quadro acima), Castro (1967) pontua que ela não é um fenômeno unicamente brasileiro.

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado de abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sorrateiramente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração (CASTRO, 1967).

Há décadas, a criação do paradigma de segurança alimentar e nutricional tem sido uma opção na reformulação de políticas públicas no Brasil, que apesar de ter apresentado constantes modificações ao longo dos anos, esse paradigma estabelece uma relação de causa e consequência, com o intuito de gerar políticas públicas específicas para a fome (SANTOS, 2020). Sendo assim:

A subalimentação, a má nutrição e a fome são resultantes de políticas vigentes, no entanto, possíveis de serem extintas, uma vez que refletem

negativamente na sociedade, tanto para famintos como para saciados. Assim, para analisar a fome como uma questão social são imprescindíveis questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento e seus efeitos para os países periféricos, dependentes, bem como sobre sua relação com a ampliação da pobreza no mundo (SILVA, 2020, p. 97).

O Brasil não se encontra na pior posição no ranking da fome, caso da Somália, no índice global da fome (de acordo com o IGF de 2021), mas é sabido que ainda assim precisamos avançar muito para garantir que toda a nossa população esteja em situação de segurança alimentar e nutricional, evitando tantas mortes por fome anualmente.

## **MORTES POR DESNUTRIÇÃO NO BRASIL**

Em 9 de janeiro de 2004 foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), através da Lei Federal nº 10.836, com o objetivo de unificar as ações de outros programas de transferência de renda do Governo Federal, onde foram extintos alguns programas já citados na tabela 1. Este programa teve como inspiração o Bolsa-escola, ideia originalmente proposta por Cristovam Buarque em 1986, e implementado em 2001, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O PBF (junto com outros fatores que serão citados adiante) teve papel importante na redução das mortes por desnutrição no país e as autoras deste artigo extraíram dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, referente às mortes entre crianças menores de cinco anos cuja causa teve relação direta com a desnutrição e que corroboram com esta afirmação.

Santos e Bottega (2019) explicam que a Rede Interagencial de Informação para Saúde (Ripsa), define a Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (TMM5) como o número de óbitos destes indivíduos por mil nascidos vivos, na população residente em determinado território, no ano considerado. Monteiro (2003) pontua que as crianças são habitualmente escolhidas como grupo indicador da presença da desnutrição na população por serem elas biologicamente mais vulneráveis a diversas

deficiências nutricionais, sendo este o motivo que levou as autoras deste artigo a escolherem este público específico para análise dos dados da amostragem que será feita logo adiante.

O ano de 2003 (antes da criação do PBF) fechou com 410 mortes relacionadas à desnutrição no Brasil, para cada grupo de mil nascidos vivos menores de 5 anos, de acordo com o SIM, o que representa 1.245.683 mortes. Esses dados levaram em consideração a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 10) através dos códigos E40 a E46, que são os códigos pertencentes às causas relacionadas à desnutrição. Ao final de 2004, foi observada uma pequena queda nas mortes com estas classificações (E40 - E46), nesta mesma faixa etária de crianças, com o registro de 369 óbitos para cada grupo de mil nascidos vivos neste ano.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade disponibiliza atualmente para consulta dados de 1996 a 2021, e as autoras deste artigo trazem uma amostra dos números de uma década (2021-2011) para comparativo das mortes cuja causa teve relação com a desnutrição (CID E40 - E46), entre crianças menores de 5 anos, por região do Brasil.

Quadro 2 – Mortes para cada grupo de mil nascidos vivos no ano, relacionadas aos CID E 40 - E 46 (2021-2019), entre crianças menores de 5 anos.

Região	2021							2020							2019						
	Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)						
	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46
Norte	-	1	-	20	2	-	7	-	-	-	10	2	-	6	1	-	-	16	4	-	11
Nordeste	1	1	-	11	1	-	4	-	-	-	2	4	-	4	-	-	-	7	1	1	11
Sudeste	-	-	-	3	-	-	5	-	1	-	1	-	-	6	-	-	-	3	1	-	9
Sul	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	5	-	-	2	-	-	-	3	1	-	1	-	-	-	1	1	-	3
Total por CID	1	2	0	40	5	0	18	0	1	1	18	7	0	17	1	0	0	29	7	1	34
<b>Total ao ano</b>	<b>66</b>							<b>44</b>							<b>72</b>						

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/evita10uf.def>



Tanto neste período acima observado como nos demais (quadros 3, 4 e 5), percebe-se que a maior causa de mortes entre estes CID analisados é a desnutrição protéico-calórica grave não especificada, correspondente ao CID E43 e a desnutrição protéico-calórica não especificada, correspondente ao CID E46, sendo a região Norte a que mais se destacou nesses óbitos neste recorte temporal, empatando apenas em 2019 na nomenclatura E46 com a região Nordeste.

Observando o número total anual, verifica-se que ocorreu um aumento de 12,5% do ano de 2018 (quadro 3) para 2019 neste tipo de morte para o grupo analisado, o que pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA em 2019, o que acumulou a variação de 4,31%, 0,56 pontos percentuais acima dos 3,75% registrados em 2018, de acordo com a Agência IBGE. Esse índice mexe diretamente no bolso do consumidor, e conseqüentemente, em sua renda, o que impacta na despesa de cada família no Brasil e no mundo, influenciando a sua alimentação. Em seguida, observa-se um decréscimo de quase 39% de 2019 para 2020 (primeiro ano oficial da pandemia do COVID-19 no Brasil, ocorrendo seu 1º caso de contaminação pelo vírus em fevereiro/2020), onde no ano seguinte registrou-se um aumento, panorama esperado devido a evolução da pandemia mencionada, que afetou uma das causas principais das mortes por desnutrição, a renda familiar.

Quadro 3 – Mortes para cada grupo de mil nascidos vivos no ano, relacionadas aos CID E 40 - E 46 (2018-2016), entre crianças menores de 5 anos.

Região	2018							2017							2016						
	Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)						
	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46
Norte	-	-	1	8	2	-	5	1	1	2	13	-	-	6	-	-	1	28	1	-	9
Nordeste	-	-	-	11	1	-	12	1	-	-	10	-	-	11	1	1	-	13	-	-	14
Sudeste	1	-	-	5	-	-	8	-	-	-	4	-	-	3	-	-	-	9	-	-	8
Sul	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1
Centro-Oeste	-	-	-	1	-	-	6	-	-	-	3	1	-	5	-	-	-	12	-	-	5
Total por CID	1	0	1	26	3	0	33	2	1	2	31	1	0	26	1	1	1	63	1	0	37
<b>Total ao ano</b>	<b>64</b>							<b>63</b>							<b>104</b>						

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/evita10uf.def>.

Acima, neste recorte temporal de três anos, a região Norte ficou abaixo da região Nordeste em alguns momentos nos CID E43 e E46. Registrou-se um decréscimo contínuo entre esse período nestes óbitos, com maior destaque para a diminuição ocorrida entre 2016 para 2017, com a queda de quase 39,5% nestas mortes para cada grupo de mil nascidos vivos no Brasil. Novamente, um dos motivos aos quais podemos atribuir essa redução considerável das mortes por desnutrição no país entre esses dois anos foi a queda no IPCA, onde foi registrado o acumulado de 6,29% para 2016 e apenas 2,95% para 2017, de acordo com dados da Agência IBGE.

Quadro 4 – Mortes para cada grupo de mil nascidos vivos no ano, relacionadas aos CID E 40 - E 46 (2015-2013), entre crianças menores de 5 anos.

Região	2015							2014							2013						
	Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)						
	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46
Norte	2	-	-	18	-	-	15	-	-	-	16	4	-	5	1	-	-	19	1	-	12
Nordeste	-	-	-	9	-	-	22	-	1	1	8	-	-	17	-	-	-	13	1	-	29
Sudeste	-	1	-	3	-	-	10	-	2	-	3	-	-	10	-	2	-	6	-	-	5
Sul	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	4	1	-	6	-	-	-	-	-	1	3
Centro-Oeste	-	-	-	5	-	-	14	-	1	-	10	-	-	10	-	-	-	4	-	-	7
Total por CID	2	1	0	37	0	0	61	0	4	1	41	5	0	48	1	2	0	42	2	1	56
<b>Total ao ano</b>	<b>101</b>							<b>99</b>							<b>104</b>						

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defctohtm.exe?sim/cnv/evita10uf.def>.

Aqui os CID E43 e E46 continuam liderando as mortes em crianças menores de 5 anos, com as regiões Norte e Nordeste no destaque nos anos de 2015 e 2013, com a região Centro-Oeste acima da região Nordeste nas mortes por desnutrição protéico-calórica grave não especificada (CID E43) no ano de 2014. Percebe-se o aumento desses óbitos na transição de 2012 (Quadro 5), cujo IPCA foi de 5,84%, para o ano de 2013 (IPCA de 5,91%), uma queda em 2014, fugindo do resultado esperado para o acumulado do IPCA em 6,41% (maior que no ano anterior), e outra pequena elevação em 2015 (IPCA em 10,67%) comparado ao ano anterior.

Chamando a atenção para o ano de 2014, cujo IPCA ficou acima do ano anterior e mesmo assim apresentou uma pequena redução nas mortes por fome comparando

com 2013, vale ressaltar que como foi dito anteriormente, este índice que mede a inflação é um dos fatores que se relacionam diretamente com a fome num território, mas não o único. Em 2014, um fato importante ocorrido no Brasil e que merece destaque foi a sua saída do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas - ONU. Em relatório apresentado em 2014 pela FAO - Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, alguns fatores foram decisivos para este resultado, como por exemplo: aumento da oferta de alimentos (em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%) e aumento da renda dos mais pobres com o crescimento de 71,5% do salário mínimo; dentre outros fatores trazidos neste relatório citado.

Quadro 5 – Mortes para cada grupo de mil nascidos vivos no ano, relacionadas aos CID E 40 - E 46 (2012-2011 e 2003), entre crianças menores de 5 anos.

Região	2012							2011							2003 - antes do Bolsa Família						
	Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)							Mortes por CID (menores de 5 anos)						
	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46	E40	E41	E42	E43	E44	E45	E46
Norte	1	1	1	15	-	-	11	-	2	-	13	1	-	15	-	5	-	26	1	-	24
Nordeste	1	3	-	11	-	-	18	-	1	1	12	1	-	18	1	12	1	59	2	1	126
Sudeste	1	-	-	4	-	1	6	-	-	-	5	-	-	12	2	5	1	16	1	-	51
Sul	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	3	-	-	1	2	2	-	14	-	-	13
Centro-Oeste	-	1	-	5	1	-	10	-	-	-	5	-	-	7	-	3	2	10	-	-	30
Total por CID	3	5	1	35	1	1	49	0	3	1	38	2	0	53	5	27	4	125	4	1	244
<b>Total ao ano</b>	<b>95</b>							<b>97</b>							<b>410</b>						

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/evita10uf.def>.

No quadro 5 finaliza-se a amostragem de uma década (2021 - 2011) entre esse tipo de morte para o público em questão, com o comparativo do ano anterior à criação do PBF. Na sequência, serão mostrados os números absolutos das mortes por desnutrição no país nesses anos já elencados, uma vez que os quadros acima trazem os números anuais por região para cada grupo de mil nascidos vivos.

Quadro 6 – Total de mortes no Brasil (2021-2011 e 2003)

Total de Mortes por desnutrição em crianças menores de 5 anos	
2021	176.688
2020	120.126
2019	205.138
2018	188.475
2017	184.183
2016	297.211
2015	304.784
2014	294.947
2013	302.019
2012	276.050
2011	282.576
2003	1.245.683

Fonte: Elaboração das autoras deste artigo, após extração de dados da Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde - IVIS: Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos, disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/natalidade/nascidos-vivos/>

Acima pode-se ver a dimensão da queda das mortes no Brasil em crianças menores de 5 anos por causas relacionadas à desnutrição entre os anos de 2021 e 2011, comparando os números com o ano de 2003, antes da criação do PBF, onde verifica-se que houve uma redução de 86% dos casos (levando em consideração os anos de 2021 x 2003). Todavia, este programa de repasse de renda para a população mais carente foi apenas uma peça nessa engrenagem maior. Monteiro (2003) traz um importante esclarecimento acerca da evolução da fome no Brasil:

Séries históricas de indicadores da pobreza indicam declínio intenso do problema nos anos de 1970, acompanhando o crescimento exuberante da economia nacional, e declínios muito modestos, ou mesmo estagnação, nos anos de 1980 e 1990, acompanhando o crescimento econômico medíocre do país. Indicadores da desnutrição apontam declínio substancial do problema nos anos de 1970 e 1980 e evolução ainda mais favorável nos anos de 1990, a qual pode ser atribuída quase que inteiramente à ampliação de serviços básicos de saúde, rede pública de água potável e aumento da escolaridade das mães. Indicadores da fome ou da deficiência energética crônica apontam declínio intenso do problema nos anos de 1970 e 1980 e declínios de menor magnitude nos anos de 1990 (MONTEIRO, 2003).

A problemática da fome em qualquer população estará sempre fortemente relacionada à sua economia, ao poder aquisitivo das famílias. Mas ela estará também diretamente relacionada a outra série de fatores, cujo pequeno repasse de renda aos

mais carentes, como o PBF ou qualquer outro programa desse tipo sozinho, não seria capaz de solucionar a fome. Como Monteiro (2003) cita, os serviços básicos de saúde, acesso à água potável para consumo e uma melhor escolaridade das mães são outros fatores determinantes para a redução das famílias abaixo da linha da pobreza e, conseqüentemente, maior qualidade de vida e melhoria na sua alimentação.

A diminuição das mortes por desnutrição em nosso país, como pudemos ver nos quadros acima, foi o resultado de um conjunto de fatores, da melhoria ao passar dos anos dos índices citados por Monteiro (2003), seja no acesso à saúde pública, ao saneamento básico, à maior procura das mães por conclusão de seus estudos ou avanço neles, seja do maior número de mulheres no mercado de trabalho, do aumento do PIB, do crescimento e/ou da estabilidade da economia. E as oscilações em todos estes aspectos, principalmente no quesito econômico, com maior ou menor inflação, maior ou menor oferta de empregos, maior ou menor salário, sempre vai gerar um impacto nas mortes por desnutrição na população, como ratifica o relatório da FAO já citado aqui.

Embora milhares de pessoas deixaram de morrer anualmente por fome no Brasil, como mostram os números apresentados, e este artigo trouxe apenas o levantamento do intervalo de uma década entre crianças menores de cinco anos, a pergunta que fica é porque este tipo de tragédia ainda existe num país de dimensões continentais, com tantas terras agriculturáveis, sendo este território um grande exportador de alimentos? É sobre essa dicotomia que será falado adiante.

## **A FOME NUM PAÍS EXPORTADOR DE ALIMENTOS**

Dados oficiais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que, nos últimos anos, o Brasil se manteve como o quarto maior produtor mundial de grãos e o segundo maior exportador do mundo. Todavia, de acordo com Bastos (2022), quando se pesquisa sobre o problema da fome, muitas

mídias insistem em dizer que a razão disso é a produção insuficiente de alimentos. E ainda acrescenta que não se vive mais no século XVII onde o velho continente passava por grandes crises de escassez de alimentos, o mundo atual possui conhecimentos tecnológicos necessários para abastecer a sociedade.

No site da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, esta que é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária no país, em notícia veiculada em outubro de 2022, foi dito que o investimento em ciência ao longo de décadas ajudou a posicionar o Brasil entre as potências mundiais produtoras de alimentos. O mesmo site acrescenta que o nosso país liderou a produção de café (em grãos) em 2021, com 32% do mercado internacional, ou 3,4 milhões de toneladas, e que o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo, com 58 milhões de toneladas, 5,4% da produção internacional. Segundo a FAO e outras fontes, o Brasil ficou em 4ª posição entre os países que mais produziram itens agrícolas em 2022, ficando atrás apenas da China (1ª posição), da Índia e dos Estados Unidos. Isso ratifica o posicionamento de Bastos (2022) acerca da falsa relação entre fome e insuficiência na produção de alimentos, no caso do Brasil, especificamente.

Daí, as perguntas que não se calam são: Quem tem o interesse em manter tanta fome entre uma parcela enorme da população? Como não acabar com a fome e, conseqüentemente, com as mortes por desnutrição no Brasil e no mundo? Como conceber que em vários momentos da nossa história onde a economia esteve em alta, a oferta por empregos aumentou, o salário mínimo cresceu, houve aumento dos índices sociais ligados à desnutrição, políticas públicas de repasse de renda aos mais carentes, e ainda assim a fome não ter sido erradicada entre a população, dentro de um território vasto, que produz alimento suficiente para ser exportado?

Parte da resposta se encontra na distribuição de alimentos no país, e a tabela abaixo nos mostra um dado recente:

Tabela 1 – Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural).

Brasil e localização dos domicílios	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)							
	Domicílios (%)				Moradores (por mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
<b>Brasil</b>	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
<b>Urbano</b>	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
<b>Rural</b>	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, (2021/2022).

Num país cujo meio rural, área onde se produz os alimentos, possui um índice maior de insegurança alimentar que no meio urbano, isso nos mostra que há um desequilíbrio na distribuição dos alimentos produzidos nesse território. Na tabela acima podemos ver que a insegurança alimentar grave no meio urbano correspondeu a 15% entre os anos de 2021 e 2022, sendo superada por 18,6% no meio rural no mesmo período. E esta desigual distribuição dos alimentos entre o meio urbano e rural está diretamente ligada também ao poder aquisitivo do homem do campo versus o poder aquisitivo do homem urbano.

Outro ponto que merece destaque e que ajuda a responder às perguntas feitas acima, está no lucro que permeia o tema alimentos. Bastos (2022) cita que com o avanço do sistema capitalista no mundo, os alimentos se tornaram um negócio lucrativo, e que atualmente, cerca de aproximadamente 50 empresas vendem mais da metade dos alimentos do planeta.

Em entrevista para o site The Intercept Brasil, Maureen Santos, coordenadora de Justiça Socioambiental no Brasil da Fundação Heinrich Boll, uma organização política alemã sem fins lucrativos, disse: ‘Você até escolhe marca diferente entre marcas diferentes, mas compra da mesma empresa. Essa concentração faz com que empresas determinem o que o consumidor vai comprar, e não o contrário. De preço a opções de escolha, tudo é definido por poucas empresas’ (BASTOS, 2022).

Silva (2020) corrobora com o pensamento de Bastos (2022), quando descreve que é possível perceber que a fome é resultado das dinâmicas sociais do sistema capitalista, que promovem a exploração e a dominação econômica e política. Além disso é influenciada pelas relações de classe, gênero e etnia/raça, variando de acordo com os países e com fatores que diferenciam e hierarquizam o poder geopolítico entre as nações, por meio das relações de comércio, intercâmbio e distribuição. Portanto, “a expansão do capitalismo e seus processos de globalização, incidem nos processos de crescimento econômico, bem como as crises de um país dependente ou periférico sendo a fome uma de suas expressões” (SILVA, 2020, p. 97).

Outro ponto importante a se destacar é que no Brasil, as relações da produção agrícola e a estrutura fundiária alteram cada vez mais a produção de alimentos, transformando e diferenciando as produções agrícolas.

Grande parte dos latifúndios se transformam em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais assentados na exploração da renda do pequeno agricultor. A pequena produção por sua vez é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial, gerando uma camada de pequenos produtores capitalizados (SORJ, 2008, p. 6)

E nossa questão agrária está relacionada ao processo histórico que gerou desigualdade, principalmente na concentração fundiária.

Os grandes latifúndios escravistas são resultados dessa distribuição desigual de terra iniciada com a colonização brasileira, esses latifúndios permanecem até os dias atuais, com configurações diferentes. O campo brasileiro é resultado deste processo histórico que culminou em um campo desigual (ROCHA E CABRAL, 2016, p.76).

De acordo com Lima *et al.* (2018) o Brasil continua sendo uma das maiores economias do mundo e um dos maiores agroexportadores, o problema é que os governantes reduzem o país de uma possível potência agroalimentar para uma potência agrícola, sem iniciativas nas dinâmicas agrárias e alimentares. Mas levando



em consideração nossa história “da riqueza gerada à metrópole e aos colonos pelos ciclos econômicos, a fome presenciou cada uma das produções de alimentos voltados à exportação” (BIANCHI; RAGO, 2021, p. 12).

Levando em consideração a quantidade produzida de alimentos na monocultura, reduzindo a produção de variedade no campo, tem uma relação com a distribuição e o consumo de alimentos. Trazendo esse raciocínio para a relação cidade e campo pode-se estimar os padrões de consumo alimentar que impulsionam a produção no campo. Todavia,

mesmo sendo o agronegócio dominado por mercadorias como a soja, o milho e o café, ainda assim multiplicam-se propagandas de cunho ideológico que fazem apologia ao agronegócio como sendo a solução da fome e do desemprego. Enquanto, na realidade é a produção do agricultor familiar que abastece o consumidor citadino (PENELUC et al., 2016, p. 9).

Outro fator descrito por Bianchi e Rago (2021) é uma troca desumana de terras cultivadas anteriormente para a produção de alimentos por terras para produção de biocombustíveis para exportação, processo que deixa de alimentar as pessoas para abastecer carros em um mundo industrializado. Sendo assim,

além da especulação dos preços dos alimentos, a demanda por matérias primas para a produção de biocombustíveis também tem contribuído para o aumento dos preços dos alimentos, acarretando o agravamento da situação de vulnerabilidade à insegurança alimentar (BIANCHI E RAGO, 2021, p. 13).

Deste modo, esse desenvolvimento agrícola traz reflexões sobre a fome estrutural, que são implicações nas relações sociais de produção capitalista, baseada na propriedade privada de produção, que estrutura a produção - consumo - distribuição - circulação ou troca, explicados por Karl Marx. E é “permanente, é pouco percebida e reproduzida de forma ideológica. Esse tipo de fome causa destruição psíquica e física, igualmente aniquila a dignidade humana.” (SILVA, 2020, p. 97).

Mais um ponto importante a se destacar é que quando se fala da produção de alimentos, é difícil não relacionar juntamente o efeito das mudanças climáticas e os

desastres naturais e como eles podem impactar diretamente nas plantações e na disponibilidade de água para a sua manutenção. Todavia, analisando a raiz deste problema, não seria coerente dizer que na região do nosso sertão nordestino, por exemplo, com a sua histórica problemática da seca, todos sofreriam as consequências da perversidade do clima sobre a região? No entanto, apenas o pobre passa fome no sertão. Bastos (2022) cita em seu Ebook “O mercado da fome - Uma violação de direitos” o exemplo do Haiti, que se encontra entre os países mais corruptos do mundo, mas que a parcela da sua população rica não passou fome durante o terremoto que destruiu o país em 2010.

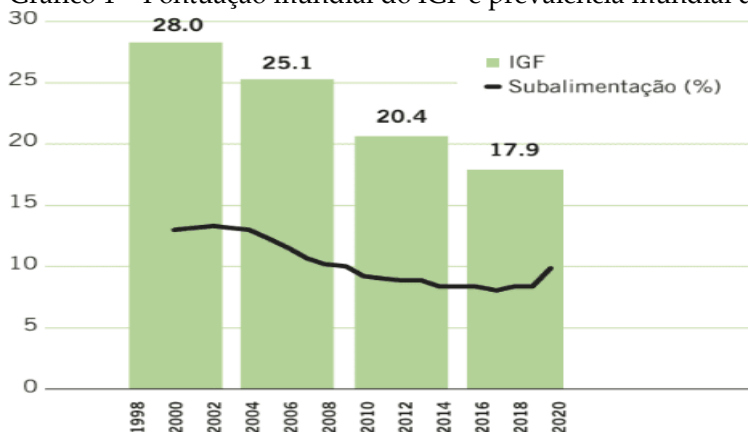
Agora, vejamos outra situação: Quando uma catástrofe natural atinge, por exemplo, a região do Meio-Oeste dos Estados Unidos, suscetível à seca, ninguém morre de fome. A reserva de grãos do país pode alimentar aqueles que perderam sua produção agrícola. De igual modo, a fome, decorrente da seca do Sahel e responsável pelo êxodo da população para regiões menos áridas, poderia ter sido minimizada. Algumas soluções seriam o planejamento, a distribuição equitativa de terras, as técnicas apropriadas para o plantio ou, ainda, no caso de as nações do Sahel terem recursos econômicos, a importação de alimentos (HELENE et al., 1997).

Então sim, o clima, suas mudanças, as catástrofes naturais, impactam na produção de alimentos e tudo o que se relaciona a ela. Mas a fome, não está ligada a nenhum desses fatores, pois é somente o pobre que a sente quando a seca ou os desastres deixam a sua marca no território. Daí vemos que nesse ponto, o que determina quem passará fome ou não é o tal do capitalismo desenfreado, é o dinheiro ditando as suas regras, são os donos da terra sobre os dependentes dela, são os grandes produtores sobre os pequenos produtores. E voltamos para uma das perguntas iniciais: Quem tem interesse em manter a fome na maior parcela da população? Aqueles que detém o poder, o dinheiro e que lucram com a desgraça alheia.

## CENÁRIO ATUAL

Dados do Índice Global da Fome apontados por Klaus et al (2021), evidenciam que o Brasil possuía a pontuação “<5” em 2021 neste citado índice, quando o comparativo mundial era de 17.9 em 2020, como podemos ver abaixo:

Gráfico 1 – Pontuação mundial do IGF e prevalência mundial da subalimentação nas últimas décadas.



Fonte: Klaus *et al* (2021).

O IGF de 2021 trouxe ainda um apanhado dos últimos 20 anos de todos os países cujos dados puderam ser quantificados, onde mostra que o Brasil vinha numa trajetória favoravelmente decrescente.

Quadro 7 – Pontuação do Índice Global da Fome 2000-2021. Recorte feito pelas autoras deste artigo, com ênfase apenas para o Brasil.

País	2000	2006	2012	2021
Brasil	11.5	7.4	5.5	<5

Fonte: Klaus *et al* (2021)

Para melhor entendimento desse índice, é preciso conhecer a sua escala de gravidade da fome:

Baixa =  $\leq 9.9$

Moderada = 10.0 - 19.9

Grave = 20.0 - 34.9

Alarmante = 35.0 - 49.9

Extremamente Alarmante =  $\geq 50.0$

Já no IGF de 2022, o Brasil apresentou uma elevação no seu patamar da fome, ocupando a 20ª posição (da menor para a maior pontuação de gravidade da fome) entre os países com 5.4 de pontuação no índice global da fome, onde de acordo com Klaus et al (2022): “A situação é suscetível de piorar face à atual onda de crises globais sobrepostas - conflito, alterações climáticas e as repercussões econômicas da pandemia COVID-19 - todas elas poderosas potenciadoras de fome”. E, de acordo com a tabela abaixo, podemos notar que a distribuição por domicílio e moradores em condição de segurança alimentar (S.A.) e nos níveis de insegurança alimentar (I.A.) são irregulares, com a região Norte possuindo a menor quantidade de domicílios em situação de S.A. (entre 2021/2022) e a região Sul com a maior quantidade, no mesmo período, seguida da região Sudeste.

Tabela 2 – Distribuição de domicílios (%) e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, Brasil e macrorregiões.

**Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)**

Brasil e macrorregiões	Domicílios (%)				Moradores (mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
<b>BRASIL</b>	<b>41,3</b>	<b>28,0</b>	<b>15,2</b>	<b>15,5</b>	<b>88.160</b>	<b>59.667</b>	<b>32.387</b>	<b>33.103</b>
<b>Norte</b>	28,4	26,4	19,5	25,7	5.370	4.991	3.687	4.859
<b>Nordeste</b>	32,0	29,6	17,4	21,0	18.444	17.047	10.051	12.127
<b>Centro-Oeste</b>	40,5	31,1	15,5	12,9	6.766	5.196	2.590	2.155
<b>Sul/Sudeste</b>	48,1	26,9	13,2	11,7	57.737	32.290	15.845	14.044
<b>Sudeste</b>	45,4	27,2	14,3	13,1	40.693	24.380	12.818	11.742
<b>Sul</b>	51,8	26,5	11,8	9,9	15.749	8.057	3.588	3.010

Fonte: II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Não por acaso, a tabela acima acompanha os índices de desenvolvimento de cada região, onde atualmente e historicamente sofre mais com a insegurança alimentar as regiões com menor índice socioeconômico do país.

É importante destacar que a elevação do Brasil na sua posição de insegurança alimentar e conseqüente fome, não se deu por conta da pandemia do COVID-19 recentemente vivida por todo o mundo, embora conforme citado por Klaus et al (2022) e outros estudiosos da temática, é notório que esta pandemia tenha elevado tal índice no Brasil e na maior parte do mundo. Não se deu também pela eclosão da atual guerra entre Rússia e Ucrânia ou por nenhum tipo de desastres naturais ou mudanças climáticas percebidas recentemente. Esta elevação foi se dando de maneira silenciosa, e pode ser verificada na comparação entre a POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018, comparando com a POF de 2008/2009, dados que podem ser consultados no site do IBGE. Esta pesquisa avalia as estruturas de consumo, gastos, rendimento e oferece um perfil das condições de vida da população a partir da análise de seu orçamento doméstico.

Vejamos baixo um recorte de tabelas da POF desses dois períodos mencionados:

Figura 1 – Recorte da Tabela 7 - Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão, segundo as Unidades da Federação - período 2008-2009, do IBGE.

Tabela 7 - Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão, segundo as Unidades da Federação - período 2008-2009						
Unidades da Federação	Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão (%)					
	Moradia	Acesso aos serviços de utilidade pública	Saúde e alimentação	Educação	Acesso a serviços financeiros e padrão de vida	Transporte e lazer
Brasil	9.2	13.2	14.9	19.2	19.1	24.4

Fonte: Recorte feito pelas autoras deste artigo. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=37191&t=resultados>

Figura 2 – Recorte da Tabela 8 - Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018, do IBGE.

Unidades da Federação	Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão (%)					
	Moradia	Acesso aos serviços de utilidade pública	Saúde e alimentação	Educação	Acesso a serviços financeiros e padrão de vida	Transporte e lazer
<b>Brasil</b>	<b>16.1</b>	<b>14.0</b>	<b>14.1</b>	<b>19.2</b>	<b>19.1</b>	<b>17.5</b>

Fonte: Recorte feito pelas autoras deste artigo. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/24786-pesquisa-de-mercamentos-familiares-2.html?edicao=37191&t=resultados>

Vamos chamar a atenção para o dado de interesse no momento, que é a dimensão “saúde e alimentação”. Este dado da POF leva em consideração as despesas dentro e fora do domicílio e a avaliação do padrão de vida da família em relação à alimentação, além do valor mínimo de gastos com esta área. Na POF de 2008-2009 a porcentagem era de 14.9 e na POF de 2017-2018 mostra 14.1. Observa-se então que houve uma redução no IPQV - Índice de Perda de Qualidade de Vida desta dimensão, onde impacta na quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos pela população. A figura abaixo mostra esse dado distinguindo a área urbana da área rural.

Figura 3 – Recorte da Tabela 2 - Índice de perda de qualidade de vida - IPQV e contribuições da média e dos desvios em relação à média para o valor do IPQV, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - 2008/2009 e 2017/2018, do IBGE.

Condicionantes e subgrupos selecionados	IPQV		Contribuição da média para o valor do IPQV		Contribuição dos desvios para o valor do IPQV		Contribuição percentual da média (%)		Contribuição percentual dos desvios (%)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
	<b>Localização geográfica do domicílio</b>									
<b>Brasil</b>	<b>0.227</b>	<b>0.157</b>	<b>0.217</b>	<b>0.150</b>	<b>0.010</b>	<b>0.007</b>	<b>95.6</b>	<b>95.7</b>	<b>4.4</b>	<b>4.3</b>
Urbano	0.205	0.142	0.196	0.136	0.008	0.006	95.9	95.9	4.1	4.1
Rural	0.337	0.244	0.328	0.238	0.009	0.007	97.2	97.3	2.8	2.7

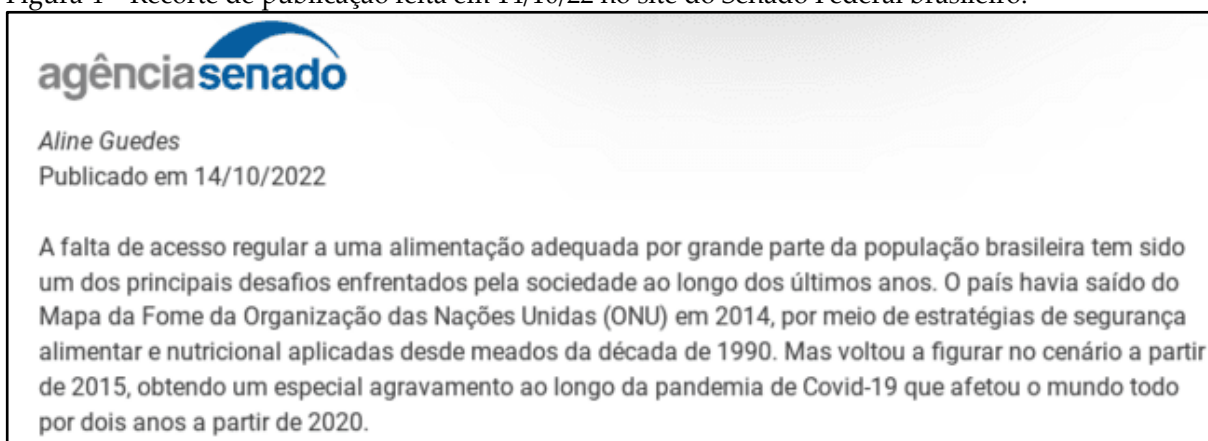
Fonte: Recorte feito pelas autoras deste artigo. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102006.pdf>

No período de quase 10 anos existentes entre os dois levantamentos, observa-se, para o total do país uma importante redução na perda agregada de qualidade de vida da população, onde o IPQV caiu de 0.227 para 0.157 nos dois períodos analisados, ou seja, uma redução de cerca de 30%.

Vale lembrar que o Brasil havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, por meio de estratégias de segurança alimentar e nutricional aplicadas desde meados da década de 1990. Mas voltou a figurar no cenário já a partir de 2015, conforme consta no site do Senado Federal, publicação feita pela Agência Senado.

Figura 4 – Recorte de publicação feita em 14/10/22 no site do Senado Federal brasileiro.



Fonte: Site do Senado Federal. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em 03 out. 2023.

Com a pandemia do COVID-19 o país passou a sentir um maior agravamento da insegurança alimentar e da fome e no momento, nos encontramos na situação de tentar diminuir os estragos deixados na economia do país por esta crise sanitária. Não nos encontramos na pior posição no ranking da fome, conforme já falado aqui, mas dado o vasto e produtivo território que possuímos, é totalmente incoerente pensar em passar fome neste país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados da ONU, diversas são as razões para ocorrência da fome: a pobreza, a escassez de investimento na agricultura (infraestrutura, armazenamento e distribuição), intempéries climáticas, desastres naturais, conflitos armados, instabilidade econômica, movimentos migratórios e desperdícios de alimentos. Este artigo não teve a intenção de abordar todas estas nuances, muito menos de esgotar a discussão acerca do que foi tratado aqui. Seu principal objetivo foi contribuir com a reflexão de que o Brasil possui há bastante tempo muitas ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à fome, resultados que são intrínsecos, mas que tais ações precisam figurar mais como políticas públicas ao invés de planos de governo disfarçados de políticas públicas e permanentes, onde entra um e sai outro governante e cada um quer mudar e deixar a sua marca, sem se preocupar realmente com os objetivos a se alcançar.

Ao longo das décadas conseguiu-se atingir uma melhora no índice das mortes por desnutrição no país com ações como o repasse de renda para a população mais carente, a melhoria do salário mínimo, investimentos na saúde como saneamento básico, na educação com ações que fizeram com que os(as) chefes de família atingissem um nível maior de escolaridade, dentre tantas outras ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Todavia, nada tem sido feito para reestruturar a base da nossa economia, a fim de tentar diminuir tamanha desigualdade social, bem como a base do modelo de produção e distribuição de alimentos no Brasil. O desafio global talvez não seja o de aumentar a produção, mas o de garantir uma distribuição e acesso equitativos entre todos. O Brasil é hoje um grande exportador de alimentos, mas tem e provavelmente sempre terá (num círculo vicioso, com seus altos e baixos) boa parcela de sua população desnutrida e/ou morrendo por fome porque o poder da produção (as terras), distribuição e consumo de alimentos está nas mãos de poucos, e esse negócio se mostrou bastante lucrativo para ser desfeito ou alterado.



De acordo com Breda et al (2022),

Quando Josué de Castro escreveu sua obra clássica, *Geografia da Fome*, o Brasil ensaiava uma trajetória de modernização, impulsionada pela urbanização e pela industrialização. Sobre as áreas rurais, havia uma opção a ser feita: continuar privilegiando a produção em larga escala de commodities agropecuárias ou apostar na democratização da terra, no fortalecimento do mercado consumidor interno e em seu abastecimento [...] Três quartos de século depois, é importante analisarmos quais tem sido os efeitos da escolha feita, que apostou claramente na primeira opção.

Enquanto não se modificarem as raízes desse problema chamado fome no Brasil, todas as medidas serão sempre paliativas, e o ciclo de melhoria e piora do índice de mortes por desnutrição nesse território tão vasto e rico será sempre uma constante. Somos bons em produzir boas políticas públicas no papel, basta observar o resumo das políticas e leis voltadas à insegurança alimentar e à fome constantes do quadro 1. Nossa própria Constituição Federal (CF), datada de 1988, já citava em seu artigo sexto “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação [...]”, mas é sabido o quanto ainda temos a fazer para melhorar o acesso à uma boa educação, à uma saúde de qualidade e, à uma boa alimentação no nosso país, isso sem citar tantos outros direitos constantes da nossa CF e que ficam só no papel. Mas enquanto houver tamanha corrupção em nosso território, tanto poder, dinheiro e terras nas mãos de poucos, sobrarão para muitos o dever de trabalhar arduamente todos os dias de sua vida para com sorte garantir um mínimo de alimentação digna para sua família. E, sendo o Brasil o maior país da América Latina, cai muito bem neste momento a fala de Galeano (2010) em sua obra “As veias abertas da América Latina”:

A América Latina é uma região do mundo condenada à humilhação e à pobreza? Condenada por quem? Culpa de Deus, culpa da natureza? Um clima opressivo, as raças inferiores? A religião, os costumes? Não será a desgraça um produto da história, feita pelos homens e que pelos homens, portanto, pode ser desfeita? (GALEANO, 2010, p.370).

Analisando toda a história de ocupação e exploração do nosso território, tudo o que vemos é um mau uso e gestão dos nossos recursos. Somos semelhantes a um gigante de mãos e pés amarrados, amordaçado. E a grande maioria que chegou no trono desse castelo fez questão de manter esse gigante assim, garantindo que ele nunca tome consciência de todo o seu tamanho e força, para que não se rompam as correntes que o mantêm supostamente preso. Seguimos no nosso possível destino de sempre receber as migalhas, um peixinho pra enganar a fome, ao invés de sermos ensinados a pescar, para que a manutenção das correntes seja garantida.

## REFERÊNCIAS

AGROFY NEWS. Quem são os maiores produtores agrícolas do mundo? Agrofy News, 28 set 2023. Disponível em: <https://news.agrofy.com.br/noticia/201932/quem-sao-os-maiores-produtores-agricolas-do-mundo>. Acesso em: 28 set. 2023.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, 2021.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Produção acadêmica*, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

BASTOS, M. **O mercado da fome**: uma violação de direitos. [s.l: s.n.], 2022.

BIANCHI, Carolina Martins; RAGO, Maria Aparecida de Paula. Estrutura produtiva brasileira, conjuntura econômica e a fome no país do agronegócio. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 12, p. 116319-116380, 2021.

BOTTEGA, Carla Garcia; SANTOS, Rafael dos. 'Saco vazio não pára em pé': Programa Bolsa Família e mortalidade por desnutrição. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 863-874, 2019.

BREDA, Tadeu et al. **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. Editora Elefante, 2022.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

EMBRAPA. Brasil pode superar a Índia em 2023 na produção de grãos. **Portal Embrapa**. Brasília, DF, 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/73611968/brasil-pode-superar-a-india-em-2023-na-producao-de-graos>. Acesso em: 28 set. 2023.

EMBRAPA. Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos. **Portal Embrapa**. Brasília, DF, 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos>. Acesso em: 28 set. 2023.

FAO, IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO, 2014.

G1, D.; RIO, EM S. P. E NO. Inflação oficial fecha 2013 em 5,91%, diz IBGE. G1 Economia. São Paulo: Globo, 2014. 28 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/inflacao-oficial-fecha-2013-em-591-diz-ibge.html#:~:text=Em%202013%2C%20os%20consumidores%20brasileiros>. Acesso em: 28 set. 2023.

G1. Inflação oficial fica em 10,67% em 2015, a maior desde 2002. G1 Economia, Rio de Janeiro, 28 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em-1067-em-2015.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.

GREBMER, Klaus von et al. Global Hunger Index. Food Systems Transformation and Local Governance. Welt hunger hilfe, 2022.

GREBMER, Klaus von et al. **Global hunger index**: hunger and food systems in conflict settings. Bonn: Welthungerhilfe, 2021.

GUEDES, A. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Senado Federal. Brasília, DF, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 30 set. 2023.

HELENE, Maria Elisa Marcondes *et al.* **A fome na atualidade: cenário mundial.** São Paulo: Scipione, 1997.

IBGE. Agência de Notícias. Em dezembro, IPCA foi de 1,15% e acumulou alta de 4,31% em 2019. Brasília, DF, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IBGE. Agência de Notícias. IPCA sobe 0,44% em dezembro e fecha 2017 em 2,95%. Agência de Notícias, Brasília, DF, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/19447-ipca-sobe-0-44-em-dezembro-e-fecha-2017-em-2-95#:~:text=Em%202016%2C%20o%20IPCA%20do>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução dos indicadores de qualidade de vida no Brasil com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, p. 7-20, 2003.

PENELUC, Magno da Conceição. **Modernização e agronegócio: solução para a fome global?**, 2016

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 25 ago. 2023.

SANTOS, Kellyane Pólvora. **A cura da fome no Brasil e seus mecanismos.** 2020.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 97-111, 2020.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** 2008.